



Proposta de Ampliação de Unidade de Conservação Federal - Julho - 2025

Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense



**PARQUE
NACIONAL
SNUC**

Bioma	Pantanal
Área	Atual 135.000 ha Proposta de ampliação 47.373 ha
Estado	Mato Grosso
Municípios	Poconé

HISTÓRICO

O Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense (PNPM), situado na confluência do Rio Paraguai com o Rio Cuiabá, abrange uma área de 135.000 hectares, permanentemente alagada em sua totalidade, localizado no município de Poconé no Estado de Mato Grosso. Criado em 1981 pela necessidade de conservação do bioma pantaneiro, o Parque não incorporou dentro dos seus limites toda a diversidade de habitats característica da região, inclusive de ambientes terrestres, como apontado em estudos realizados desde a década de 1970. Ademais, ficou evidenciado que, para cumprir com os objetivos propostos pelo SNUC para a categoria de Parque Nacional, a UC necessitava de áreas que comportassem maior infraestrutura de visitação, por exemplo.

Em 2018, diante dessa carência, o ICMBio se articulou com o MMA e a sociedade civil com objetivo de elaborar medidas para proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais do Pantanal. A partir de novos estudos, ficou preconizada a formação de um conjunto representativo de unidades de conservação federais no bioma, com propostas de criação de duas novas unidades de conservação (uma Reserva de Fauna – REFAU e um Refúgio de Vida Silvestre – REVIS), e a ampliação estratégica das duas unidades de proteção integral já estabelecidas (Estação Ecológica de Taiamã e o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense).

Ainda em 2018, foi elaborado o documento “Proposta de Criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável na Barra do São Lourenço, Pantanal Mato-grossense”, no âmbito do processo administrativo 02013.000343/2009-05, propondo a criação de uma RDS ao sul dos limites do PARNA do Pantanal. As propostas, somadas, visavam formar um “Mosaico de unidades de conservação do Pantanal Norte”, ligadas pelos rios Paraguai e Cuiabá, fazendo conexão com outras áreas protegidas (as RPPNs Acurizal, Penha e Dorochê e Parques Estaduais do Guirá e Encontro das Águas) e criando um corredor ecológico na região. No mesmo ano, porém, foram realizadas consultas públicas nos municípios de Cáceres e Poconé, havendo considerável resistência por parte da sociedade civil e por parte de autoridades estaduais e municipais, e as propostas acabaram sem novos andamentos até 2023.

Em janeiro de 2024, as propostas voltaram a ser discutidas na “Oficina Critérios e Priorização para a Criação de Unidades de Conservação Federais”, promovida pelo ICMBio, que reuniu diferentes atores da sociedade civil e da comunidade científica, para revisar e discutir o tema visando a criação e ampliação de UC federais nos biomas brasileiros, considerando propostas com viabilidade para encaminhamento com horizontes temporais de 2026 e 2030.

Em março de 2025, foi realizada uma Oficina com parceiros de organizações não governamentais que atuam no Pantanal, para o andamento das propostas de ampliação e criação de UCs neste bioma. A ampliação do PARNA do Pantanal foi discutida e um calendário de ações foi montado e posto em ação ao longo dos últimos meses com a colaboração das entidades parceiras, redefinindo uma nova poligonal com as áreas prioritárias para ampliação.

Histórico:

- **1971** – Criação da Reserva Biológica do Caracará, com 80.000 hectares.
- **1981** – Criação do PARNA do Pantanal Mato-Grossense, com 135.000 hectares, sobrepondo a área da Reserva Biológica do Caracará.
- **1997** – Três fazendas vizinhas ao Parque (Acurizal, Penha e Dorochê), foram adquiridas por particulares e transformadas em Reservas Particulares do Patrimônio Nacional - RPPNs.
- **2000** – A UNESCO reconheceu a área do PARNA do Pantanal Mato-Grossense, juntamente com as RPPNs Penha, Acurizal e Dorochê, como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, denominado Área de Conservação do Pantanal.
- **2003** - A ampliação do PARNA do Pantanal é tratada pela primeira vez no Plano de Manejo publicado pelo IBAMA, com sugestão de incorporação das áreas da Fazenda Belica, da Fazenda Bom Futuro e da Fazenda Boa Esperança (Morro do Caracará).
 - No Plano de Manejo de 2003, foi definida a atual Zona de Amortecimento do Parque.
- **2009** – É aberto o processo para a criação de uma UC de uso sustentável na região da Barra de São Lourenço no MS, ao sul dos limites atuais do Parna.
- **2018** – Novos estudos para a criação de um conjunto de unidades de conservação federais no Pantanal, a partir de articulações e reuniões técnicas entre o ICMBio, MMA e colaboradores da sociedade civil. Proposta de criação de duas novas unidades de conservação em esfera federal: uma Reserva de Fauna – REFAU e um Refúgio de Vida Silvestre - REVIS, e a ampliação do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e da Estação Ecológica de Taiamã.
 - Realização de consultas públicas nos dias 30 e 31 de julho de 2018, respectivamente nos

municípios de Cáceres e Poconé, e consultas a diferentes instâncias do poder público, com certa oposição da sociedade civil e autoridades estaduais e municipais da região.

- **2024** – Oficina de trabalho - Critérios e Priorização para a Criação de Unidades de Conservação Federais", reunindo diferentes atores da sociedade civil e da comunidade científica para revisar e discutir a criação e ampliação de UC nos biomas brasileiros, considerando propostas com viabilidade para encaminhamento com horizontes temporais de 2026 e 2030. A oficina foi uma oportunidade de revisar as propostas existentes, e discutir critérios para priorização, de forma a incluir áreas que tragam uma representação mais abrangente das fitofisionomias existentes no Pantanal.
- **2025** – Realização de novas visitas a campo para complementação e atualização dos estudos, bem como realização de reuniões setoriais com diferentes atores e realização da Consulta Livre, Prévia e Informada com as comunidades tradicionais do entorno do parque.



© Zig Koch



© Leonardo LMilano



© André Dib



© Zig Koch



© André Dib



© Zig Koch

OBJETIVOS

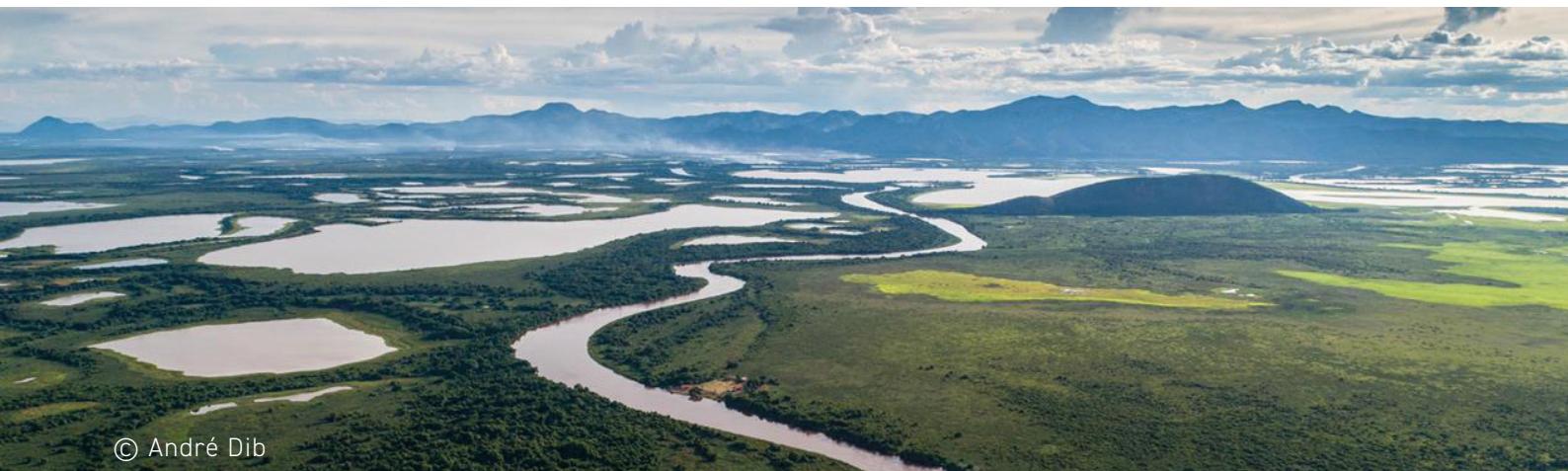
Conservação da biodiversidade e dos ecossistemas:

- Proteger áreas de alta relevância ecológica, como formações florestais e savânicas (Morro do Caracará, Fazenda Bom Futuro e Fazenda Belica).
- Assegurar a conservação de espécies ameaçadas e endêmicas, incluindo fauna aquática e terrestre.
- Manter a conectividade entre ecossistemas para garantir fluxo gênico e serviços ecossistêmicos.
- Garantir a manutenção dos serviços ecossistêmicos na região, tais como proteção das áreas de reprodução e berçários de peixes, como fonte de repovoamento e recrutamento dos estoques pesqueiros;

Fortalecimento do uso público:

- Promover o turismo ecológico, com novas áreas para apreciação das belezas cênicas e observação da fauna abundante.
- Promover o turismo arqueológico com novas trilhas para a apreciação de arte rupestre no complexo do Morro do Caracará.

© André Dib



Proteção de recursos hídricos e regulação hidrológica:

- Ampliar a salvaguarda de lagoas, corixos e rios essenciais para a ictiofauna e espécies migratórias.
- Contribuir para a estabilidade do ciclo hidrológico do Pantanal, mitigando impactos das mudanças climáticas.
- Evitar a degradação de áreas úmidas críticas, nessa região que é considerada o "Coração do Pantanal".

Fortalecimento da gestão e prevenção de riscos ambientais:

- Ampliar a capacidade de prevenção e controle de incêndios florestais em áreas adjacentes ao parque.
- Implementar estratégias de monitoramento e fiscalização mais eficazes em zonas de expansão.

- Reduzir conflitos ambientais, como pesca ilegal e ocupações irregulares, devido ao baixo uso econômico atual da área.
- Contribuir com a soberania nacional nas áreas de fronteira.

Valorização socioambiental e cultural

- Manter o equilíbrio com as comunidades tradicionais de pescadores, ribeirinhos e indígenas, respeitando as restrições já estabelecidas por leis estaduais e mantendo os acordos de pesca de subsistência na Zona de Amortecimento.
- Promover a educação ambiental e a pesquisa científica como atividades sustentáveis associadas às novas áreas protegidas.
- Proteger sítios arqueológicos presentes na região de ampliação.

Sustentabilidade econômica e institucional

- Aumentar a resiliência do Pantanal frente a ameaças climáticas e antropogênicas.
- Atrair investimentos em conservação e projetos de restauração ecológica.
- Consolidar o PARNA do Pantanal Mato-Grossense como área prioritária para políticas públicas ambientais nacionais e internacionais.

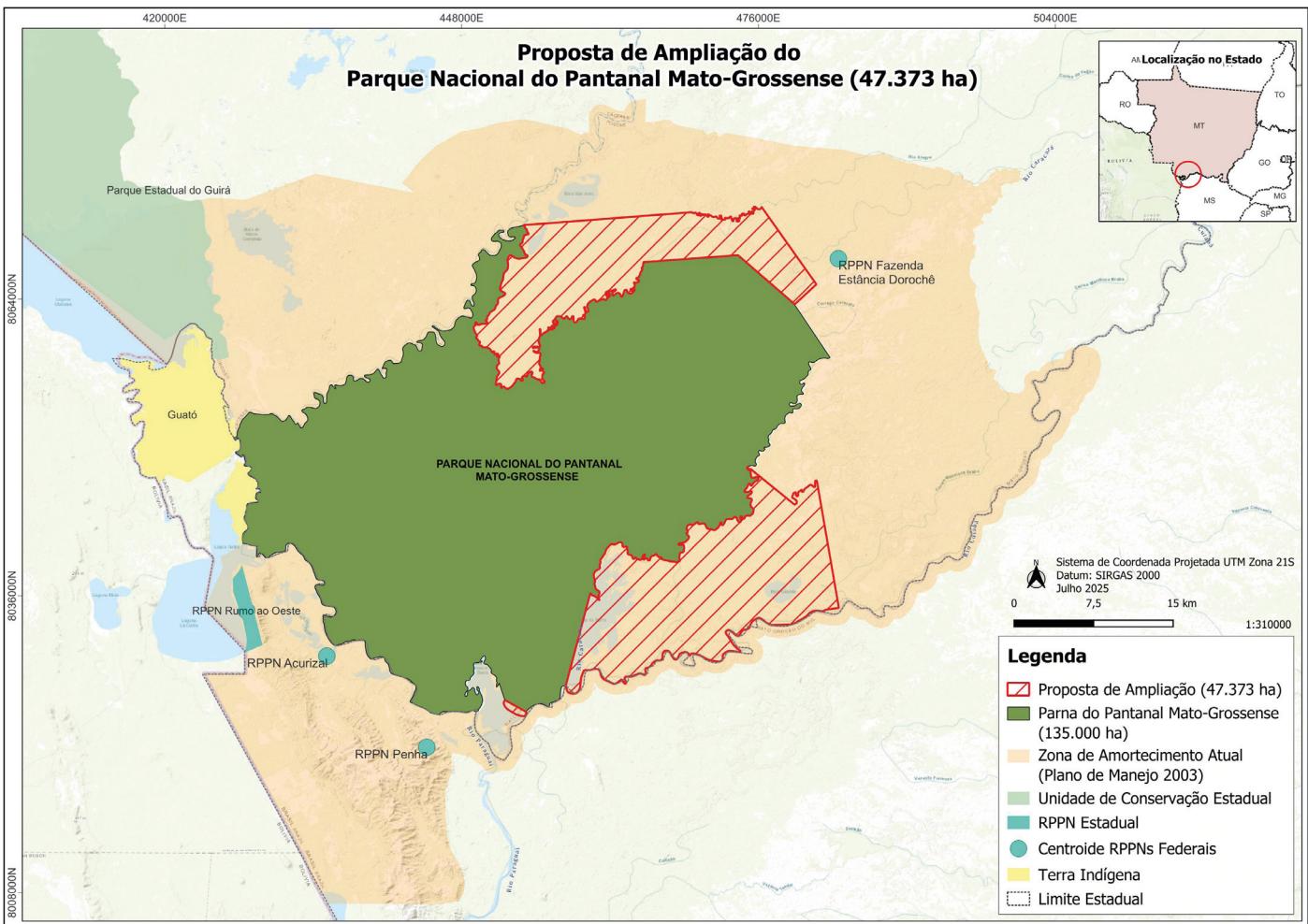
LOCALIZAÇÃO

O PARNA do Pantanal Mato-Grossense encontra-se no “coração” do Pantanal, no Estado de Mato Grosso, fazendo fronteira com Mato Grosso do Sul. Seus limites referenciais mais marcantes são: o rio Paraguai a oeste, o rio Cuiabá a sul, além do rio Caracará Grande ao norte, rio Alegre a noroeste e rio Caracará a leste. A proposta prevê ampliação, na porção norte sobre parte da Fazenda Bom Futuro, e na porção sudeste sobre as Fazendas Belica, Porto Novo II e outras áreas. Na porção sul a ampliação incorporaria o Morro do Caracará, pertencente à Fazenda Boa Esperança.

As áreas propostas para ampliação do PNPM estão na sua totalidade sobrepostas à Zona de Amortecimento (ZA) do Parque, conforme definido no Plano de Manejo de 2003, publicado pelo IBAMA, órgão gestor da UC à época. Porém, a ampliação da UC não implicará em alteração na Zona de Amortecimento do Parque, permanecendo as normas e regramentos previstos no Plano de Manejo e na Portaria nº 633, de 25 de outubro de 2019.



MAPA REFERENCIAL DA PROPOSTA



CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

Situado na Bacia do Alto Paraguai, o PARNA do Pantanal é uma das mais importantes unidades de conservação em áreas úmidas continentais do mundo. O clima da região é tropical, com estações bem definidas - seca, enchente, cheia e vazante - e temperatura média anual de 25°C, caracterizado por chuvas concentradas no verão e um período seco no inverno. A paisagem do parque e de seu entorno é marcada por uma complexa rede hidrográfica, com inúmeros corixos e baías que formam um sistema dinâmico de áreas alagáveis. Esses ambientes aquáticos, sujeitos a pulsos sazonais de inundação, criam diversos macrohabitats essenciais para a manutenção da biodiversidade local. Geologicamente, a região é formada por sedimentos recentes (argilosos a arenosos) que deram origem a solos predominantemente hidromórficos e pouco férteis, como Gleissolos e Plintossolos, com limitações naturais para atividades agrícolas.

A vegetação do parque apresenta um mosaico de fitofisionomias, incluindo faixas de Floresta Estacional Semidecidual e diferentes subtipos de Savanas, refletindo a influência de biomas vizinhos como o Cerrado e a Amazônia. Essa diversidade de habitats abriga uma fauna extremamente rica, com destaque para espécies ameaçadas como a onça-pintada (*Panthera onca*), o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e o tatu-canastra (*Priodontes maximus*) entre os mamíferos, o jacú-de-barriga-castanha (*Penelope ochrogaster*) e o cujubi (*Aburria cujubi*), dentre a grande diversidade de aves, e o pacu (*Piaractus mesopotamicus*) e o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), espécies quase ameaçada e vulnerável da ictiofauna, respectivamente. Os ambientes aquáticos do parque e

do seu entorno funcionam também como berçário para os peixes, abrigando cerca de 70% das espécies conhecidas no bioma Pantanal.

A área atual do parque e sua proposta de ampliação são dominadas por paisagens naturais (95%), com formações campestres, áreas pantanosas e corpos d'água permanentes. O uso antrópico é mínimo, representando menos de 1% da área total. A expansão planejada para o PARNA visa proteger habitats críticos para espécies ameaçadas, incorporar novas formações geológicas e vegetacionais, além de aumentar a conectividade com outras unidades de conservação vizinhas. A ampliação reforçaria a proteção deste ecossistema único, que combina uma hidrologia dinâmica com uma biodiversidade excepcional, mantendo os processos ecológicos essenciais que caracterizam um dos biomas mais preservados do país.



Fotos © Zig Koch

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL

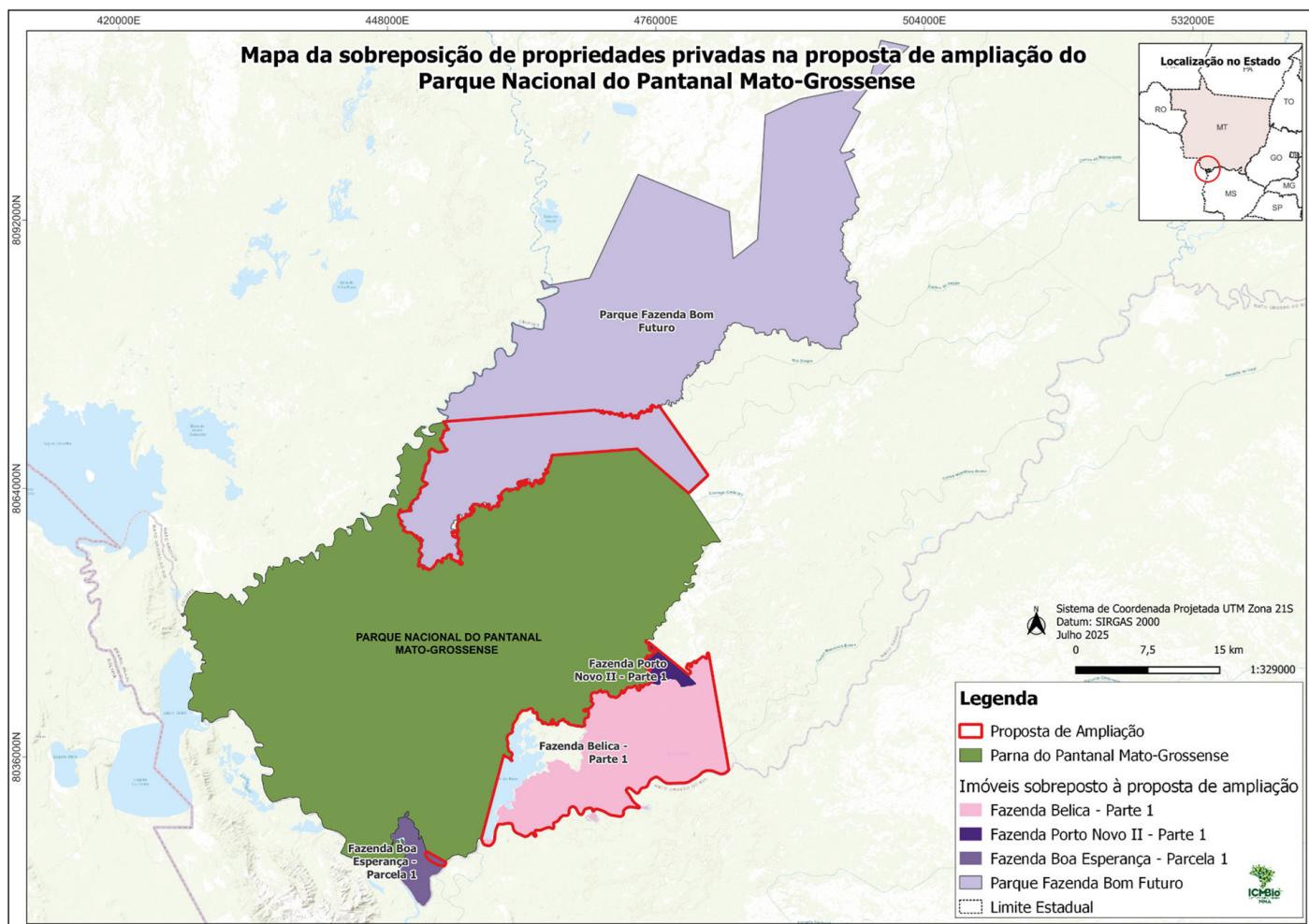
Localizado próximo à capital Cuiabá, o município de Poconé apresenta uma população predominantemente urbana, com baixa densidade demográfica. Os indicadores sociais revelam condições medianas de desenvolvimento, embora a infraestrutura básica ainda seja deficitária, especialmente no saneamento básico. A economia local baseia-se principalmente na pecuária extensiva, mineração (destaque para o ouro) e turismo. Entretanto, o potencial turístico é subaproveitado devido à falta de infraestrutura adequada, limitando o crescimento desse setor. Essa combinação de atividades tradicionais e oportunidades ainda não plenamente exploradas define o perfil socioeconômico mais amplo do município.

A região do entorno do PARNA abriga comunidades tradicionais e populações indígenas da etnia Guató (últimos canoeiros do Pantanal). As comunidades da Barra de São Lourenço, do aterro do Binega, do Amolar, e do Mangueiral, têm como principais atividades a pesca artesanal, a coleta de iscas e a agricultura de subsistência. Essas comunidades enfrentam desafios devido a restrições legais, como a Lei do Transporte Zero (MT), que regulamenta a pesca para manutenção dos estoques de peixe, mas contam com a proteção e apoio da gestão do parque, na manutenção do seu modo de vida tradicional. Destaca-se ainda que parte dos ribeirinhos dessas comunidades se encontram em processo de autodeclaração de pertencimento étnico indígena.

O turismo ecológico emerge como alternativa econômica no Pantanal de Poconé, impulsionado pela apreciação das belezas cênicas e observação da fauna abundante, principalmente de aves e da onça-pintada. No entanto, a falta de infraestrutura no parque limita seu potencial, com visitas restritas à pequena área da sede. Sua ampliação poderia fortalecer essas atividades, integrando áreas secas como o Morro do Caracará, com 293 metros de altura, e que possui grande importância histórica pois abriga um complexo arqueológico com ocorrência de sítios de arte rupestre. Em síntese, Poconé e mais especificamente a região do PARNA do Pantanal e seu entorno combinam uma economia tradicional com potencial turístico não explorado, enquanto comunidades locais buscam equilíbrio entre subsistência e conservação. A ampliação do parque poderia atrair investimentos em turismo sustentável, que é essencial para o desenvolvimento socioeconômico aliado à preservação do Pantanal.

CARACTERIZAÇÃO FUNDIÁRIA E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

As áreas propostas para ampliação do PARNA do Pantanal estão sobrepostas a 04 propriedades privadas, com a totalidade das fazendas Porto Novo II e Belica (à sudeste), e parte das fazendas Boa Esperança (ao sul) e Bom Futuro (ao norte).



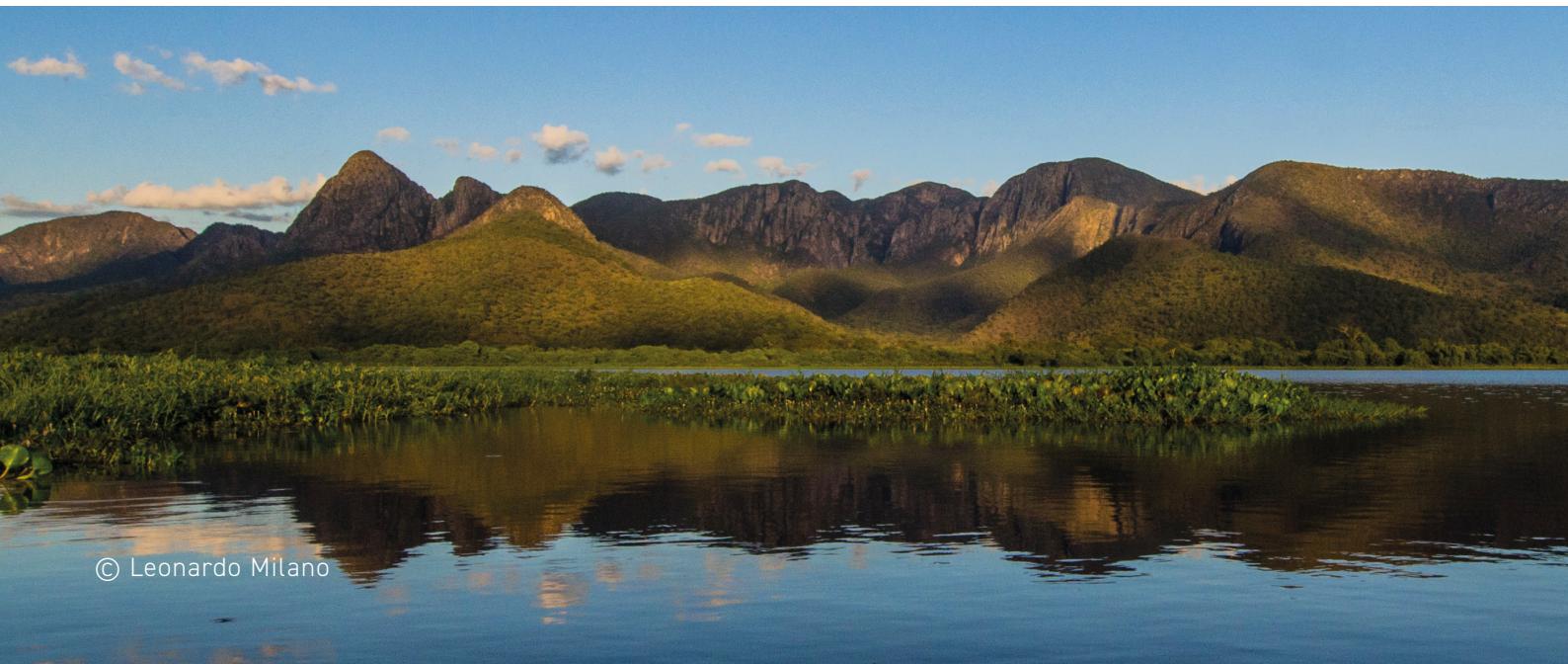
MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS

O PARNA do Pantanal atualmente estabelece ligação com a Área Natural de Manejo Integrado San Matias, localizada em território boliviano, e compõe um complexo de áreas protegidas com as RPPNs Dorochê, Acurizal, Penha e Rumo ao Oeste, com as Terras Indígenas Guató e com o Parque Estadual do Guirá, formando um cinturão de UCs nesse trecho da fronteira pantaneira com a Bolívia. Em 2000, a UNESCO reconheceu a área do parque, juntamente com as RPPNs, como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, denominado ÁREA de Conservação do Pantanal.

PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)

A proposta de ampliação do Parna do Pantanal conta com apoio e envolvimento fundamental de organizações que atuam na agenda de conservação do bioma:

- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental - CEPTA/ICMBio
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE/ICMBio
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação em Biodiversidade e Restauração Ecológica - CBC/ICMBio
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros - CENAP/ICMBio
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - CPB/ICMBio
- Coalizão Pontes Pantaneiras
- ECOA - Ecologia e Ação
- GEF-Terrestre
- Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
- Instituto Delta do Salobra - IDS
- Instituto Homem Pantaneiro - IHP
- Laboratório de Ictiologia do Pantanal Norte - LIPAN
- Onçafari
- Panthera
- Programa de Pesquisa de Longa Duração - Dinâmicas do Pulso de Inundação no Sistema Ecológico e Sociocultural do Rio Paraguai - PELD/DARP
- Rainforest Trust
- Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras
- Rede Pró-UC



- Reserva da Biosfera do Pantanal
- SOS Pantanal
- The PEW - Charitable Trust
- Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
- Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

PREVISÃO DA CONSULTA PÚBLICA

No âmbito da proposta de **Ampliação do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense**, está prevista a realização de **consulta pública presencial** no município de Poconé, em **Agosto de 2025**.

POTÊNCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE

- A dragagem do rio Paraguai, para o transporte hidroviário, pode afetar os ecossistemas, gerando um potencial conflito com a conservação da biodiversidade.
- Atividades pesqueiras não sustentáveis, que afetam a distribuição e abundância da ictiofauna local.



© Lautaro Actis